Parlamento Europeu
2024-2029

Comissão das Liberdades Cívicas, da Justiça e dos Assuntos Internos

2024/0074(NLE)

19.11.2024

***

PROJETO DE RECOMENDAÇÃO

referente ao projeto de decisão do Conselho relativa à celebração, em nome da União, do Acordo entre a União Europeia e a República da Sérvia relativo às atividades operacionais realizadas pela Agência Europeia da Guarda de Fronteiras e Costeira na República da Sérvia
(08441/2024 – C10-0086/2024 – 2024/0074(NLE))

Comissão das Liberdades Cívicas, da Justiça e dos Assuntos Internos

Relator: Karlo Ressler

Legenda dos símbolos utilizados

*	Processo de consulta
***	Processo de aprovação
***I	Processo legislativo ordinário (primeira leitura)
***II	Processo legislativo ordinário (segunda leitura)
***III	Processo legislativo ordinário (terceira leitura)

(O processo indicado tem por fundamento a base jurídica proposta no projeto de ato.)

ÍNDICE

Página

PROJETO DE RESOLUÇÃO LEGISLATIVA DO PARLAMENTO EUROPEU 5

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS 6

PROJETO DE RESOLUÇÃO LEGISLATIVA DO PARLAMENTO EUROPEU

referente ao projeto de decisão do Conselho relativa à celebração, em nome da União, do Acordo entre a União Europeia e a República da Sérvia relativo às atividades operacionais realizadas pela Agência Europeia da Guarda de Fronteiras e Costeira na República da Sérvia
(08441/2024 – C10-0086/2024 – 2024/0074(NLE))

(Aprovação)

O Parlamento Europeu,

– Tendo em conta o projeto de decisão do Conselho (08441/2024),

– Tendo em conta o projeto de Acordo entre a União Europeia e a República da Sérvia relativo às atividades operacionais realizadas pela Agência Europeia da Guarda de Fronteiras e Costeira na República da Sérvia (08447/2024),

– Tendo em conta o pedido de aprovação que o Conselho apresentou, nos termos do artigo 77.º, n.º 2, alíneas b) e d), do artigo 79.º, n.º 2, alínea c), e do artigo 218.º, n.º 6, segundo parágrafo, alínea a), do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia (C10-0086/2024),

– Tendo em conta o artigo 107.º, n.ºs 1 e 4, e o artigo 117.º, n.º 7, do seu Regimento,

– Tendo em conta a recomendação da Comissão das Liberdades Cívicas, da Justiça e dos Assuntos Internos (A10-0000/2024),

1. Aprova a celebração do acordo;

2. Encarrega a sua Presidente de transmitir a posição do Parlamento ao Conselho e à Comissão.

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

a. Antecedentes

A proposta de decisão do Conselho visa aprovar o Acordo relativo ao Estatuto entre a União Europeia e a República da Sérvia no quadro das ações realizadas pela Agência Europeia da Guarda de Fronteiras e Costeira na República da Sérvia, conforme prevê o Regulamento (UE) 2019/1896 relativo à Guarda Europeia de Fronteiras e Costeira.

Uma das atribuições da Agência Europeia da Guarda de Fronteiras e Costeira (a seguir designada «Agência») consiste em cooperar com países terceiros no que respeita aos domínios abrangidos pelo Regulamento relativo à Guarda Europeia de Fronteiras e Costeira, «incluindo através do eventual destacamento operacional de equipas de gestão das fronteiras em países terceiros». A Agência pode, na medida do necessário para o exercício das suas atribuições, cooperar com as autoridades competentes de países terceiros nos domínios abrangidos pelo Regulamento e realizar ações relacionadas com a gestão europeia integrada das fronteiras no território de um país terceiro, sob reserva do consentimento desse país terceiro.

O objetivo do acordo relativo ao estatuto consiste em cobrir todos os aspetos necessários à realização das ações da Agência em países terceiros. Nos termos do artigo 73.º, n.º 3, do Regulamento (UE) 2019/1896, em circunstâncias que exijam o destacamento de equipas de gestão de fronteiras do corpo permanente da Guarda Europeia de Fronteiras e Costeira para um país terceiro em que os membros da equipa exercerão poderes executivos, a União celebra um acordo relativo ao estatuto com o país terceiro em causa.

Em conformidade com o Regulamento relativo à Guarda Europeia de Fronteiras e Costeira, e conforme referido no seu artigo 76.º, n.º 1, a Comissão apresentou, na sua comunicação COM(2021) 829, um modelo de acordo relativo ao estatuto nos termos do Regulamento (UE) 2019/1896, que contém disposições específicas para a realização de ações no território de países terceiros. O acordo relativo ao estatuto com a República da Sérvia baseia-se no modelo elaborado pela Comissão.

Em 16 de outubro de 2024, a Comissão informou os relatores dos progressos realizados nas negociações sobre o acordo relativo ao estatuto entre a União Europeia e a República da Sérvia. Em 14 de novembro de 2024, teve também lugar uma reunião com as partes interessadas que incidiu sobre os direitos fundamentais. O acordo foi assinado em 25 de junho de 2024 em Belgrado, na Sérvia.

b. Posição do relator

Em 2015, no auge da crise da migração e dos refugiados, centenas de milhares de requerentes de asilo e de migrantes chegaram à União Europeia através dos Balcãs Ocidentais, situando-se a República da Sérvia numa das principais rotas do movimento migratório misto irregular. A pressão migratória nas rotas dos Balcãs Ocidentais foi significativa nos anos que se seguiram, criando pressão nas fronteiras externas da UE, pelo que foi necessário envidar esforços redobrados para controlar o fluxo migratório de forma legal, em conformidade com a legislação internacional e europeia.

O relator considera que a celebração de acordos formais e juridicamente vinculativos no

quadro da cooperação com países terceiros se reveste de importância crucial para garantir a transparência, o escrutínio público e o controlo democrático dessa cooperação.

Uma cooperação estruturada e sustentada com países terceiros reveste-se de uma importância fulcral para alcançar os objetivos da gestão europeia integrada das fronteiras. Esta colaboração deve procurar reforçar os procedimentos europeus de fronteira e de regresso, facilitar o intercâmbio de informações e a análise de risco e melhorar a eficiência das operações de regresso. Além disso, deve apoiar os países terceiros na gestão das fronteiras e da migração, nomeadamente através do destacamento do corpo permanente, sempre que tal se afigure necessário para salvaguardar as fronteiras externas e assegurar a aplicação efetiva da política de migração da União. O reforço da gestão das fronteiras ao longo das rotas migratórias é fundamental para reduzir as chegadas irregulares, combater a evolução das táticas dos passadores e atenuar os riscos relacionados com o tráfico e a criminalidade organizada. A cooperação operacional reforçada que o acordo estabelece desempenhará um papel fundamental na luta contra a migração irregular e tendo em vista a melhoria da segurança regional.

A Agência Europeia da Guarda de Fronteiras e Costeira e o Ministério do Interior da República da Sérvia devem respeitar as disposições do Regulamento GEFC e garantir o respeito pelos direitos fundamentais. Os esclarecimentos prestados, durante o processo de aprovação no Parlamento Europeu, pelas partes interessadas da impa respeito da importância deste acordo revelaram-se satisfatórios. O acordo com a República da Sérvia e a presença de agentes da Agência Europeia da Guarda de Fronteiras e Costeira irão acrescentar novos elementos processuais ao controlo das fronteiras, como as operações de triagem e de informação, bem como a salvaguarda dos direitos fundamentais. À luz do número significativo de pessoas que transitam pela República da Sérvia para chegar à UE, este acordo reforçará o nosso apoio aos parceiros regionais, facultando conhecimentos especializados essenciais para gerir eficazmente esses movimentos migratórios. Em conformidade com o Regulamento (UE) 2019/1896 relativo à Guarda Europeia de Fronteiras e Costeira, o acordo permite à Frontex realizar operações conjuntas e destacar o corpo permanente da Guarda Europeia de Fronteiras e Costeira para o território sérvio, nomeadamente junto das suas fronteiras com os países vizinhos não pertencentes à UE.

Em conclusão, o relator considera que o acordo relativo ao estatuto proposto é coerente com o modelo de acordo relativo ao estatuto estabelecido na comunicação da Comissão, tanto no que diz respeito ao seu teor como às disposições a incluir no acordo final.

Uma vez que este acordo entra em fase de execução, o Parlamento solicita à Agência Europeia da Guarda de Fronteiras e Costeira que informe rapidamente o Parlamento Europeu das atividades realizadas no âmbito da aplicação do acordo relativo ao estatuto, e recorda à Agência a sua obrigação de incluir uma avaliação da cooperação com países terceiros nos seus relatórios anuais, em conformidade com o artigo 73.º, n.º 8, do Regulamento (UE) 2019/1896.

Tendo em conta o que precede, o relator recomenda que o Parlamento aprove o projeto de decisão do Conselho.